



246 21
 /

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração: nº. 169176-5/01

Embargante: Elias Machado de Albuquerque

Embargada: Associação Vitoriense de Educação, Ciência e Cultura,
mantenedora da Faculdade Escritor Osman da Costa Lins

Relator: Des. Eduardo Sertório

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.
INEXISTÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. O julgado foi claro ao asseverar que a confirmação da venda do veículo objeto do litígio se deu pela tradição (art. 1.267, CC/02).
2. Expressa menção no acórdão sobre a desnecessidade da produção de qualquer outra prova quando confessado pelo próprio apelante a entrega do veículo e respectiva documentação.
3. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 169176-5/01 em que figura como Embargante Elias Machado de Albuquerque e como Embargada Associação Vitoriense de Educação, Ciência e Cultura, mantenedora da Faculdade Escritor Osman da Costa Lins ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: "À unanimidade, REJEITOU-SE os embargos de declaração, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 08/04/10

Ed Sertório

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração: nº. 169176-5/01

Embargante: Elias Machado de Albuquerque

Embargada: Associação Vitoriense de Educação, Ciência e Cultura,
mantenedora da Faculdade Escritor Osman da Costa Lins

Relator: Des. Eduardo Sertório

RELATÓRIO

Cuido de apreciar recurso de embargos de declaração diante de acórdão assim ementado:

EMENTA: CIVIL - COMPRA E VENDA DE VEÍCULO - AQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE DE BEM MÓVEL - TRADIÇÃO - ART. 1.267 DO CC/02 - APELAÇÃO IMPROVIDA - DECISÃO UNÂNIME.

1. O Apelante confessa judicialmente ter entregue o veículo objeto do litígio a intermediário para que providenciasse a sua venda além de assinar documento de próprio punho reconhecendo o Apelado como comprador do veículo.
2. Apelado de boa-fé comprou o veículo do intermediário e recebeu o mesmo juntamente com as chaves e o documento de identificação.
3. A aquisição da propriedade do bem móvel é comprovada pela simples entrega da coisa ao adquirente. Inteligência do art. 1.267 do CC/02.
4. Apelação improvida.

Segundo o embargante a decisão contém uma omissão: A Câmara não enfrentou questão fática levantada nas razões de apelação, qual seja, a *exceptio non adimplenti contractus*, diante do fato de inexistir prova nos autos do pagamento integral do valor do veículo objeto do litígio.

Ao final requereu o acolhimento dos embargos para suprir a omissão apontada, emprestando efeitos modificativos.

É o relatório. Sem revisão. Feito independente de pedido de pauta.

Recife, 08/07/10


EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator



247 23
L

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração: nº. 169176-5/01

Embargante: Elias Machado de Albuquerque

Embargada: Associação Vitoriense de Educação, Ciência e Cultura,
mantenedora da Faculdade Escritor Osman da Costa Lins

Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO

Não há qualquer omissão no julgado.

Observa-se no voto condutor do acórdão, as razões que convenceram o Colegiado a negar provimento a apelação, fundamentadas no fato do Apelante ter confessado judicialmente a entrega do veículo objeto do litígio a um intermediário para providenciar a sua venda e ter assinado de próprio punho documento reconhecendo o apelado como comprador do veículo.

Significa dizer que o reconhecimento da propriedade deu-se pelo instituto da tradição (CC/02, art. 1.267), ou seja, a simples entrega da coisa ao adquirente.

As questões fáticas foram por demais sopesadas. Não há o que se falar em *exceptio non adimplenti contractus* quando o bem foi entregue ao adquirente. Caso existisse qualquer pendência, não haveria a entrega do bem juntamente com toda a documentação.

Na parte final do voto condutor do acórdão, encontra-se expressa menção a questão das provas produzidas no processo relacionadas ao pagamento do veículo:

"Desnecessária a demonstração de qualquer comprovação de pagamento. Caso o Apelante se sinta prejudicado junto ao intermediário que constituiu para a venda do veículo deve ajuizar ação própria contra o mesmo."

Diante do exposto, verifica-se inexistir qualquer omissão no julgado motivo pelo qual **REJEITO** os presentes embargos.

É como voto,
Recife, 08/04/10


EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator